

Apresentação do Dossiê

Este Dossiê se insere em uma preocupação que tem se destacado crescentemente nas manifestações públicas, nos meios de comunicação, na arena de atuação dos atores políticos e na academia. Já é banal e não nova a fala das “ruas” e do “cidadão comum” que os partidos estão em crise. Esta perspectiva fomentou um intenso debate na academia, especialmente, nos anos 1980 e 1990 do século passado. As análises se situaram de forma geral em duas vertentes. Uma sustentou a tese de que as organizações partidárias não estariam mais cumprindo suas funções básicas e que novas formas de representação e atuação política estariam substituindo os partidos, ou alternativas deveriam ser encontradas. A vertente mais pragmática apontou para um novo rumo do desenvolvimento das organizações e procurou desmistificar expectativas presentes nos modelos clássicos de análise dos partidos. Nesta linha, os partidos não estariam em crise, mas cumprindo novas funções e apresentando dinâmicas de funcionamento distintas das formas encontradas nos padrões tradicionais. A questão central não é a crise dos partidos, pois estes têm cumprido novas funções e são imprescindíveis para a vida pública, nesse sentido, a crise não seria dos partidos, mas de expectativas e demandas desencontradas. Por um lado, sociedades complexas e heterogêneas desenvolveram formas de vida pública com níveis de atomização de interesses nunca vistos em sociedades modernas, por outro, a capacidade de criação de modelos alternativos comuns, e ao mesmo tempo amalgamar esta diversidade, ficou uma tarefa inglória aos partidos. O resultado mais visível deste processo foi a desconexão dos partidos com a sociedade, a tecnificação da política e a hegemonia da “*Realpolitik*”. Aos partidos coube a tarefa de responder de forma positiva e pragmática demandas apresentadas, buscando otimizar seu potencial eleitoral.

No entanto, o que temos observado nas recentes mobilizações do séc. XXI não é apenas um distanciamento da sociedade com os partidos políticos e um esvaziamento da política enquanto um local de construção e debate da vida pública. Há, nos últimos anos, um elemento novo que é a rejeição aos partidos de forma geral e não apenas uma indiferença. O elemento central é a incapacidade dos partidos responderem as suas novas funções, especialmente aquelas fundamentadas na administração da “*Realpolitik*”. Inúmeros exemplos nas democracias europeias têm mostrado o despreparo dos partidos em apresentar soluções aos entraves da crise econômica e financeira. Ressaltando-se que o fenômeno é independente do posicionamento ideológico da legenda. Isto pode ser demonstrado nos fracos resultados eleitorais que ameaçaram o PASOK (Partido Socialista Pan-helênico) de ser extinto da vida política grega, no impasse encabeçado pelo Partido Democrático na Itália, passando pela falta de concretização das promessas de François Hollande na França. Não somente problemas de efetividade na administração, mas também questões de corrupção

afetam partidos europeus, como o caso do governo do conservador Partido Popular na Espanha.

Casos observáveis em outros continentes apenas reforçam a imediata reação da sociedade quando os partidos não respondem com eficácia sua tarefa central de administração da vida pública, ou quando estão associados com acusações de corrupção. A reivindicação de alternativas ao modelo financeiro internacional hegemônico foi o mote das mobilizações do “*occupy Wall Street*” nos USA em 2011. Maior controle da corrupção e mais eficiência pública foram agendas centrais dos protestos na Argentina em 2012 e das mobilizações de junho de 2013 no Brasil.

Este Dossiê tem o propósito de contribuir com análises que tratam do fenômeno partidário no século XXI sob diversos ângulos. A intenção é oferecer um leque que reflita os caminhos e as tendências de pesquisas mais recentes. Acreditamos que a missão foi cumprida e oferecemos aos leitores uma ampla agenda que fomentará novas indagações e investigações.

Organizamos os artigos iniciando com uma síntese avaliativa do “estado da arte” dos aportes teóricos e metodológicos que analisam especificamente as organizações partidárias. O artigo de Amaral destaca o quanto o fenômeno partidário ainda é novo e apresenta os caminhos que a Ciência Política desenvolveu para compreender as distintas dimensões organizacionais dos partidos.

A seguir, um tema pouco estudado, é analisado de forma comparativa por Hugo Daniel Ramos. O MERCOSUL tem sido prioritariamente investigado sob o olhar de seus impactos econômicos e sua ineficácia integrativa, mas há carência de estudos sobre a relação da instituição com as organizações partidárias. O artigo de Ramos tem a preocupação de observar como o MERCOSUL impacta nos principais partidos da Argentina, Paraguai e Uruguai e demonstra que há um distanciamento das legendas com o próprio. Ou seja, os partidos analisados estão à margem do processo integrativo e não apresentam, de forma geral, um vínculo sistemático com a organização.

Comparando países de continentes distintos, Helder Ferreira do Vale observa o processo de democratização em contextos de sistemas políticos com partidos dominantes. Mesmo com a ausência de uma competição partidária, capaz de fomentar o processo de democratização, o autor revela a importância do poder local como fonte de oposição. Este seria o elemento central para incentivar um processo de transformação política nos casos estudados.

O quarto artigo, de Dolores Rocca Rivarola, também apresenta uma perspectiva comparada. Ainda são poucos os estudos que analisam a dimensão da militância partidária em uma época de profundas transformações das organizações partidárias. Baseando-se em uma metodologia qualitativa, a autora demonstra como foram alteradas as posições e os sentidos da militância no caso do Partido dos Trabalhadores no Brasil e da organização oficialista na Argentina. O resultado

foi uma reação nostálgica na base da militância, com um olhar sustentado em modelos clássicos de militância de partidos de massa.

Mais especificamente, com uma ótica de estudo de caso, o artigo de Gabriela da Silva Tarouco e Rafael Machado Madeira traz um olhar complementar ao esforço da Ciência Política em classificar os partidos brasileiros no espectro do campo ideológico, inúmeras são as metodologias empregadas para esta tarefa, e o debate teórico e metodológico na academia é intenso. Os autores utilizam a análise de conteúdo de documentos programáticos, chegando ao interessante resultado de que, apesar dos diversos caminhos metodológicos, as classificações não são tão divergentes. Reforçando assim a tese de que a dimensão ideológica é uma variável pertinente para a compreensão dos partidos no Brasil.

A democracia interna nas organizações partidárias tem sido uma preocupação constante e objeto de investigação da Ciência Política contemporânea. Espejel Espinoza, em uma perspectiva temporal, analisa o Partido Acción Nacional mexicano e observa como as dimensões da participação, competição e representação evoluíram na vida interna da organização. O artigo demonstra um processo de democratização interna na organização. Uma dinâmica em que a elite partidária nacional foi perdendo seu poder centralizador, ao mesmo tempo em que novos atores foram sendo incorporados na organização do partido.

Em tempos de surgimento de novos partidos, em que questões de minorias étnicas e religiosas despontam na agenda política, o estudo de caso de um partido espanhol, Partido Renacimiento y Unión de España (PRUNE), contribui para o entendimento da realidade plural e atomizada das democracias contemporâneas. O trabalho de Peña Ramos traz uma radiografia do impacto da formação desta nova organização na comunidade de eleitores muçulmanos na Espanha e demonstra as dificuldades organizativas de um partido que se propõe organizar uma comunidade, que aparentemente poderia ser homogênea e articulada em seus interesses.

Encerramos este Dossiê com uma “Nota de Pesquisa” elaborada pelos organizadores. A intenção é apresentar à comunidade acadêmica nossos esforços na construção de um modelo teórico-metodológico de um projeto de pesquisa em andamento. A nota é parte de um trabalho desenvolvido em uma de nossas missões científicas (CAPES e DAAD) e do *workshop* desenvolvido na Universidade de Würzburg na Alemanha em julho de 2013¹.

Essa edição conta ainda, na seção de artigos, com o trabalho do Professor José D’Assunção Barros, no qual apresenta uma visão comparada sobre as leituras a respeito da noção de igualdade que foram desenvolvidas por diferentes autores do final do século XVII à primeira metade do século XX. O objetivo é o de mostrar como as diversas leituras sobre as ideias de igualdade e desigualdade,

¹ Agradecemos especialmente ao Professor Hans Joachim Lauth, da Cátedra de Política Comparada da Universidade de Würzburg, pelos seus comentários que contribuíram para o amadurecimento de nosso projeto.

desenvolvidas por esses autores, contrastam entre si e remetem a matrizes de pensamento distintas.

Desejamos aos leitores que os trabalhos apresentados fomentem novas inquietudes e que possam inspirar o desenvolvimento de linhas de pesquisa sobre partidos políticos.

Os organizadores:

Silvana Krause

Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Brasil

Thomas Kestler

*Julius-Maximilians-Universität Würzburg – Alemanha – Universität
Salzburg/Austria*

Juan Bautista Lucca

Universidad Nacional de Rosario – CONICET/Argentina